



Texto Livre: Linguagem e Tecnologia
E-ISSN: 1983-3652
revista@textolivre.org
Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Gracia Magnabosco, Gislaine
CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA TEXTUAL PARA A ANÁLISE DA COERÊNCIA EM
HIPERTEXTOS

Texto Livre: Linguagem e Tecnologia, vol. 3, núm. 1, enero-junio, 2010, pp. 29-44
Universidade Federal de Minas Gerais

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=577163633005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA TEXTUAL PARA A ANÁLISE DA COERÊNCIA EM HIPERTEXTOS

Gislaine Gracia Magnabosco/Centro Universitário Filadélfia

RESUMO: O presente trabalho realizou um breve retrospecto das linhas teórico-metodológicas que contribuíram para a constituição dos estudos sobre o texto, visando verificar se a Linguística Textual, tal como a conhecemos atualmente, contribui para a compreensão da coerência do Hipertexto em meio à não-sequencialidade e à não-linearidade que o constitui.

PALAVRAS-CHAVE: Coerência, Hipertexto, Linguística Textual, Texto.

ABSTRACT: This paper constitutes a brief review of theoretical and methodological lines that contributed to the formation of the studies on the text, trying to see if the Textual Linguistics, as we know it today, helps to understand the coherence of Hypertext among non-sequential and the nonlinearity that it is made.

KEYWORDS: Coherence, Hypertext, Textual Linguistics, Text.

INTRODUÇÃO

A Linguística Textual surgiu na Europa, mais especificamente na Alemanha, na década de 1960, como resultado de inquietações em torno das perspectivas teórico-metodológicas até então adotadas para a análise de frases/textos. Seu desenvolvimento, como lembra Bentes (2006, p. 246), não foi homogêneo, mas, de uma forma geral, podem-se elencar três fases com preocupações teóricas bastante diversas entre si: a *análise transfrástica*, a *gramática de texto*, e a *teoria do texto* que, progressivamente, foram se afastando da influência estruturalista e adotando, em seus estudos, uma preocupação com os “processos de produção, recepção e interpretação dos textos; reintegrando o sujeito e a situação de comunicação em seu escopo teórico” (MUSSALIM; BENTES, 2006, p. 16). Assim, “de uma disciplina de inclinação primeiramente gramatical (análise transfrástica, gramática textual), depois pragmático-discursiva, ela transforma-se em uma disciplina com forte tendência sócio-cognitivista” (KOCH, 2001, p. 15-16), e, com essa passagem, um novo conceito de texto, de contexto e de análise se institui.

Realizando, então, uma breve caracterização de cada uma dessas fases bem como das teorias que influenciam seu desenvolvimento, e reconhecendo que, com o advento da internet, um novo conceito de texto passou a existir, o presente artigo busca, baseando-se em Koch (2001; 2007) e Marcuschi (2009a, 2009b), verificar se o atual escopo teórico da Linguística Textual contribui para a compreensão do funcionamento do hipertexto, mais especificamente, para a análise de sua coerência em meio à não-sequencialidade e à não-linearidade que o constitui.

1 O ESTRUTURALISMOⁱ E SUA INFLUÊNCIA NOS ESTUDOS SOBRE A LINGUAGEM

Mesmo nunca tendo falado em ‘estrutura’ mas sim em ‘sistema’, Saussure “foi consagrado como o pai do estruturalismo” (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 64). Rompendo com a linguística comparatista da época, já que propunha uma abordagem não histórica, mas descritiva e sistemática da língua, Saussure constrói uma metodologia de estudo que mais tarde transformar-se-á no estruturalismo.

Enfatizando que a línguaⁱⁱ é um sistema, ou seja, “um conjunto de unidades que obedecem a certos princípios de funcionamento, constituindo um todo coerente [...] formado por elementos coesos, inter-relacionados, que funcionam a partir de um conjunto de regras [...] estabelecidas dentro do próprio sistema” (COSTA, 2009, p. 114), Saussure prega o estudo da língua em si e por si mesma, abandonando toda e qualquer preocupação extralinguística. Para ele, “estabelecemos comunicação porque conhecemos as regras da gramática de uma determinada língua, ou seja, conhecemos as peças disponíveis do jogoⁱⁱⁱ e suas possibilidades de movimento, como elas se organizam e se distribuem” (COSTA, 2009, p. 115). Dessa forma, o funcionamento das unidades que compõem o sistema linguístico é regulado pelas normas internalizadas e adquiridas no meio social e, tal qual as peças do jogo de xadrez, independem da materialidade que a constitui. Daí dizer que a língua é forma (estrutura) e não substância (a matéria a partir da qual ela se manifesta) (COSTA, 2006).

Compreendendo, então, a língua como um sistema e como um código, com função puramente informativa, Saussure defende a existência de dois tipos de linguísticas: a da língua e a da fala, sendo, esta última, secundária, uma vez que é individual, psicofísica e heterogênea. Assim, no âmbito da Linguagem (dividida entre língua (homogênea, social) e fala (heterogênea, individual)), é preciso estudar o funcionamento da língua por meio de um método de investigação sincrônico^{iv}, buscando compreender a forma como as unidades constitutivas desse sistema linguístico encontram-se relacionadas umas às outras, em uma combinação não aleatória, mas formada pela exclusão de outros possíveis arranjos distribucionais^v. Será a partir da descrição dessas relações que se “explicitará a organização dos elementos constituintes da estrutura linguística e, em última instância, se reconhecerá o funcionamento do sistema” (COSTA, 2006, p. 120).

1.1 O Estruturalismo e a Análise Transfrástica

Em função da constatação de que as concepções e metodologias do estruturalismo se tornaram falhas na análise e explicação de certos fenômenos que ultrapassavam os limites da frase simples e complexa, surgem os primeiros estudos interessados em observar as relações ocorrentes entre enunciados e sequências de enunciados, partindo-se da frase para o texto. As *análises transfrásticas* buscaram, então, estudar os mecanismos interfrásticos - que compõem o sistema gramatical da língua -, cujo uso garantiria a duas ou mais sequências o estatuto de texto.

Neste momento, um dos principais conceitos de texto era o de Harweg (1968) afirmando que um texto era uma sequência pronominal ininterrupta e que uma de suas principais características era o fenômeno do múltiplo referenciamento (o fato do referente textual – aquilo sobre o que se fala – encontrar-se retomado, ao longo do texto, de diferentes formas). Um outro conceito de texto importante era o de Isenberg (1970): um texto era definido como uma sequência coerente de

enunciados (BENTES, 2006, p. 247).

Considerando-se, então, o texto como “resultado de um ‘múltiplo referenciamento’ [...] como uma sucessão de unidades linguísticas constituídas mediante uma concatenação pronominal ininterrupta” (KOCH, 2006, p. 04) e, constatando que, na construção de um texto, o movimento de retroação é necessariamente acompanhado de outro, o de progressão, os estudos voltaram-se para a análise da coesão textual, em especial para as relações referenciais (particularmente a correferência, que garantiria a uma sequência de frases o estatuto de texto).

[Nesta fase] muitos autores debruçaram-se sobre os tipos de relações (encadeamentos) que se estabelecem entre enunciados, bem como a articulação entre tema-rema (na perspectiva da Escola Funcionalista de Praga), a seleção dos artigos em enunciados contínuos e assim por diante. Assim, as pesquisas se concentravam prioritariamente no estudo dos recursos de coesão textual, a qual, para eles, de certa forma, englobava o da coerência, nesse momento entendida como mera propriedade ou característica do texto (KOCH, 2006, p. 05).

Aos poucos, porém, percebeu-se que os elementos coesivos não eram essenciais para a compreensão do sentido global do texto, uma vez que, muitas vezes, eles não se encontravam presentes no texto e, mesmo com essa ausência, “o ouvinte/leitor [conseguia] construir o significado global [de qualquer] sequência, porque [era capaz] de estabelecer as relações lógico-argumentativas entre as partes do enunciado” (GALEMBECK, 2010, p. 70). Constatou-se, assim, a necessidade de “se considerar, na construção do sentido global do enunciado, o conhecimento intuitivo do falante acerca das relações a serem estabelecidas entre sentenças” (BENTES, 2006, p. 249), o que resultou na construção de outra linha de pesquisa: as gramáticas textuais, fortemente influenciadas pelo gerativismo.

2 O GERATIVISMO

Noam Chomsky, criador do gerativismo, “propôs uma teoria de estruturas linguísticas [...] centrada na sintaxe” (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 168), que tinha por objetivo “elaborar um modelo teórico formal, inspirado na matemática, capaz de descrever abstratamente o que é e como funciona a linguagem humana” (KENEDY, 2009, p. 127), um modelo, então, capaz de explicar todas as frases gramaticais de uma língua, no plano de sua estrutura sintática^{vi}.

Rejeitando o modelo behaviorista^{vii} de descrição dos fatos da linguagem, Chomsky defende a criatividade como elemento motor e caracterizador do comportamento linguístico humano. Para ele, esse comportamento deve ser compreendido como o “resultado de um dispositivo inato, uma capacidade genética e, portanto, interna ao organismo humano, a qual deve estar fincada na mente da espécie, sendo destinada a constituir a competência linguística de um falante” (KENEDY, 2009, p. 129). Será esse novo modo de descrever os fatos da linguagem que embasará o gerativismo, cujos conceitos centrais serão os pares: *estruturas profundas/superficiais* e *competência/desempenho*, que darão uma “dimensão mentalista ao modelo, uma vez que implicam a presença de esquemas internos ao sujeito, anteriores à produção das frases” (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 170).

Assim, seu primeiro modelo gerativista – a *gramática transformacional* – advém do “reconhecimento de que infinitas sentenças de uma língua eram formadas a partir da aplicação de um finito sistema de regras (a gramática) que transformava uma estrutura em outra” (KENEDY, 2009, p. 131). É esse sistema de regras, tido como o conhecimento linguístico existente na mente do falante de uma língua, que deveria ser descrito e explicado pelo linguista gerativista.

A gramática transformacional postula a existência de transformações a partir de frases nucleares e, a partir disso, propõe que duas frases aparentemente diferentes (estrutura superficial) baseiam-se em uma mesma estrutura profunda, comum às duas frases antes da transformação. O inverso é igualmente verdadeiro: às duas frases aparentemente análogas podem proceder de duas estruturas profundas diferentes (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 171).

Outro interesse dos gerativistas era compreender como é possível aos falantes terem *intuições* sobre as estruturas sintáticas que produzem e ouvem. Como, por exemplo, conseguem distinguir uma frase gramatical de uma agramatical. A esse conhecimento linguístico, Chomsky denominou *competência linguística*.

[A competência linguística seria] o conhecimento interno e tácito das regras que governam a formação das frases da língua, não sendo a mesma que o comportamento linguístico do indivíduo, aquelas frases que de fato uma pessoa pronuncia quando usa a língua. Esse uso concreto da língua chama-se *desempenho linguístico* (também conhecido como *performance* ou, ainda, *atuação*) e envolve diversos tipos de habilidades que não são linguísticas, como atenção, memória, nível de estresse, conhecimento de mundo, etc. (KENEDY, 2009, p. 133-134).

No par competência/desempenho, o interesse da linguística gerativa recai sobre a competência, uma vez que é ela quem capacitará o sujeito a falar e compreender uma língua. Por isso, os estudos clássicos do gerativismo não costumam usar dados linguísticos reais (*performance*) retirados do uso concreto da língua; mas sim “testes de gramaticalidade nos quais frases são expostas a falantes nativos de uma língua” (KENEDY, 2009, p. 134). Trata-se, então, de um falante-ouvinte ideal. Com a evolução da linguística gerativa, no início dos anos 1980, “a ideia de competência linguística como um sistema de regras específicas cedeu lugar à hipótese da gramática universal^{viii} (GU)” (idem, p. 135), e, à linguística coube a descrição “dos princípios e parâmetros da GU que subjazem à competência linguística dos falantes, para, assim, poder explicar como é a faculdade da linguagem, essa parte notável da capacidade mental humana” (idem, p. 138).

2.1 O Gerativismo e a Gramática de Texto

O segundo momento da Linguística Textual – a elaboração de gramáticas de texto – é fortemente influenciado pela teoria gerativista. Por analogia às gramáticas de frase, acreditou “ser possível mostrar que o texto possuía propriedades que diziam respeito ao próprio sistema abstrato da língua” (BENTES, 2006, p. 249). Dessa forma, as primeiras gramáticas textuais representaram “um projeto de reconstrução do texto como um sistema uniforme, estável e abstrato [...]

[diferenciando-o] do discurso (unidade funcional, comunicativa e intersubjetivamente construída)” (idem, p. 249).

[A partir da constatação de que] a diferença entre frase e texto não era somente quantitativa, mas qualitativa, [...] [iniciou-se a elaboração] de gramáticas textuais, tendo o objetivo de refletir sobre os fenômenos textuais [...] propondo que a partir do texto fossem analisadas e classificadas as unidades menores, desde que não se perdesse a função textual dos elementos isolados. Com esse objetivo, o texto constituiria ‘uma entidade do sistema linguístico, cujas estruturas possíveis em cada língua deveriam ser determinadas pelas regras da gramática textual’ (KARNOPP, 2006, p. 20).

Introduzia-se, dessa forma, o texto como objeto central da Linguística (Marcuschi, 1999), e pregava-se a descrição “das categorias e regras de combinação da entidade T (texto) em L (determinada língua)” (KOCH, 2006, p. 05):

Abandona-se o método ascendente – da frase para o texto. É a partir da unidade hierarquicamente mais alta – o texto – que se pretende chegar, por meio da segmentação, às unidades menores, para, então, classificá-las. [...] O texto é considerado o signo linguístico primário [...], a unidade linguística hierarquicamente mais elevada, [constituindo] uma entidade do sistema linguístico, cujas estruturas possíveis em cada língua devem ser determinadas pelas regras de uma gramática textual (idem, p. 06).

Postulava-se, assim, que todo falante possuiria uma competência textual – à semelhança da competência linguística - que o capacitaria a distinguir um texto bem formado de um amontoado de frases. Essa capacidade textual básica seria, segundo Charolles (1989, *apud* BENTES, 2006, p. 250), essencialmente as seguintes:

- a) **capacidade formativa:** os usuários da língua são capazes de produzir e compreender um número de textos potencialmente ilimitado, avaliando sua boa ou má formação, sendo capazes de dizer se uma sequência linguística dada é ou não um texto, dentro da língua em uso;
- b) **capacidade transformativa:** os usuários da língua são capazes de modificar de diferentes maneiras (reformular, parafrasear, resumir, etc.) e com diferentes fins um texto e também julgar se o produto dessas modificações é adequado ao texto sobre o qual a modificação foi feita;
- c) **capacidade qualificativa:** os usuários da língua são capazes de dizer a que tipo de texto pertence um dado texto, naturalmente segundo uma determinada tipologia. Por exemplo, dizer se é um romance, uma anedota, uma reportagem.

A par dessas competências, caberia às gramáticas textuais “verificar o que faz com que um texto seja um texto; levantar os critérios para a delimitação de textos e diferenciar as várias espécies de texto” (BENTES, 2006, p. 250-251), especificando, ainda, as estruturas profundas, denominadas macroestruturas^{ix} textuais (van DIJK *apud* KOCH, 2006, p. 09) que seriam as grandes responsáveis por explicitarem a coerência do texto, sua estrutura temático-semântica global; garantidas por quatro condições ou macrorregras (CHAROLLES *apud* KOCH, idem, p. 10):

1. **Repetição** – para que um texto possa ser considerado coerente, ele deve contar, em seu

desenvolvimento linear, com elementos de recorrência estrita;

2. **Progressão** – deve haver no texto uma contribuição semântica permanentemente renovada, pelo contínuo acréscimo de novos conteúdos;
3. **Não-contradição** – é preciso que, no seu desenvolvimento, não se introduza nenhum elemento semântico que contradiga um conteúdo posto ou pressuposto por uma ocorrência anterior, ou dedutível dela por inferência;
4. **Relação** – todos os seus enunciados – e os fatos que denotam o mundo nele representado – devem estar, de alguma forma, relacionados entre si.

Como lembra Galembeck (2010), as gramáticas textuais tiveram o grande mérito de estabelecerem duas noções basilares para a consolidação dos estudos concernentes ao texto:

A primeira é a verificação de que o texto constitui a unidade linguística mais elevada e se desdobra ou se subdivide a unidades menores, igualmente passíveis de classificação. As unidades menores (inclusive os elementos léxicos e gramaticais) devem sempre ser considerados a partir do respectivo papel na estruturação da unidade textual. A segunda noção básica constitui o complemento e a decorrência da primeira noção enunciada: não existe continuidade entre frase e texto, uma vez que se trata de entidades de ordem diferente e a significação do texto não constitui unicamente o somatório das partes que o compõe (GALEMBECK, 2010, p. 71).

Contudo, com o passar dos anos, observou-se que as gramáticas do texto eram ineficientes para o estabelecimento das regras que poderiam descrever todos os textos possíveis em uma língua natural; isso porque “era difícil propor um percurso gerativo para o texto, pelo fato de ele não constituir uma unidade estrutural, originária de uma estrutura de base e realizada por meio de transformações sucessivas” (idem, p. 72). Além disso, ao proporem uma separação entre texto (unidade estrutural, gerada a partir da competência de um usuário idealizado e descontextualizado) e discurso (unidade em uso), desconsideravam o texto em uso, ou seja, em situações reais de interação – fator imprescindível para sua compreensão.

Sentiu-se, então, a “necessidade de ir além da abordagem sintático-semântica, visto ser o texto a unidade básica de comunicação/interação humana” (KOCH, 2006, p. 13). Ocorre, assim, um deslocamento da questão: em vez de “dispensarem um tratamento formal e exaustivo ao objeto “texto”, os estudiosos começaram a elaborar uma *teoria do texto*, que, ao contrário das gramáticas textuais, buscaram investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso.” (BENTES, 2006, p. 251). Aos poucos, fatores pragmáticos e cognitivos vão se impondo e conquistando proeminência nas pesquisas sobre o texto.

3 A TEORIA DO TEXTO

O terceiro momento dos estudos sobre o texto é fortemente marcado, como lembra Koch (2006, p. 14), por influências da Psicologia da Linguagem – especialmente da Psicologia da Atividade, de origem soviética, e da Filosofia da Linguagem, em particular da Filosofia da Linguagem Ordinária da Escola de Oxford, que desenvolveu a Teoria dos Atos de Fala. Para Lima

(2009), nessa fase da Linguística Textual, o texto passa a ser visto diacronicamente, caracterizando-se como processo e não produto, tendo, ainda, todo o seu entorno extralinguístico valorizado.

Neste momento, [considera-se] o texto no seu contexto pragmático, isto é, o âmbito da investigação se estende do texto ao contexto, este último entendido, de modo geral, como o conjunto de condições externas da produção, recepção e interpretação dos textos (BENTES, 2006, p. 251).

O foco, então, passa a ser “a constituição, o funcionamento, os processos de produção e recepção textuais [...] observando o texto em uso” (KARNOPP, 2006, p. 20), via contrária ao tratamento formal dos textos até então vigentes.

A Linguística Textual ganha uma nova dimensão: já não se trata de pesquisar a língua como sistema autônomo, mas sim o seu funcionamento nos processos comunicativos de uma sociedade concreta. Passam a interessar os “textos-em-funções”. Isto é, os textos deixam de ser vistos como produtos acabados, que devem ser analisados sintática ou semanticamente, passando a ser considerados elementos constitutivos de uma atividade complexa, como instrumento de realização de intenções comunicativas e sociais do falante (KOCH, 2006, p. 14).

É nesse sentido que Schmidt (*apud* KOCH, 2006, p.16) defende ser a coerência um princípio pragmático e contextual, uma vez que, para atingir determinado objetivo ilocucional, “o enunciador realiza atividades linguístico-cognitivas com o intuito de garantir a compreensão e estimular ou causar a aceitação” (KOCH, 2006, p. 17). O enunciatário, por sua vez, busca compreender o objetivo fundamental do enunciador, aceitando (ou não) colaborar na realização de seu objetivo e mostrar a reação desejada. Com isso, o conceito de coerência passa a incorporar, além dos fatores sintático-semânticos, uma série de fatores de ordem pragmática e contextual; que contribuem não só para que a coerência passe a ser vista como um “princípio de interpretabilidade” (CHAROLLES, *apud* KOCH, 2006, p. 20), como também para a defesa da não existência de “sequências de enunciados incoerentes em si, visto que, numa interação, é sempre possível construir um contexto em que uma sequência, aparentemente incoerente, passe a fazer sentido” (KOCH, 2006, p. 20).

Aos poucos, então, o enfoque vai deixando de ser a competência textual dos falantes para se tornar a observação dos “fatores de textualidade^x, assim estabelecidos por Beaugrande e Dressler (1981): modo múltiplo de conexão ativado sempre que ocorrem eventos comunicativos” (GALEMBECK, 2010, p. 72). Será essa mudança de enfoque, somada ao reconhecimento de que “todo fazer é necessariamente acompanhado de processos de ordem cognitiva” (*idem*, p. 72) que levarão à modificação do conceito de texto, agora visto como o próprio lugar da interação (dialogica^{xi}) e, também, como resultado de uma multiplicidade de operações cognitivas interligadas. Nessa nova visão, o processamento textual se torna uma atividade estratégica já que se reconhece que os parceiros da comunicação, ao produzirem seu dizer, realizam certas escolhas e mobilizam sistemas de conhecimentos que, de acordo com Heinemann & Viehweger (*apud* GALEMBECK, 2010, p. 73-74) podem ser assim enumerados:

1. **Conhecimento linguístico:** corresponde ao conhecimento do léxico e da gramática, responsável pela escolha dos termos e a organização do material linguístico na superfície

textual, inclusive dos elementos coesivos;

2. **Conhecimento enciclopédico ou de mundo:** compreende as informações armazenadas na memória de cada indivíduo. O conhecimento de mundo compreende o conhecimento declarativo, manifestado por enunciações acerca dos fatos do mundo e o conhecimento episódico e intuitivo, adquirido através da experiência;
3. **Conhecimento interacional:** relaciona-se com a dimensão interpessoal da linguagem, ou seja, com a realização de certas ações por meio da linguagem. Divide-se em: conhecimento ilocucional (meios diretos e indiretos utilizados para atingir um dado objetivo); conhecimento comunicacional (meios adequados para atingir os objetivos desejados); conhecimento metacomunicativo (meios empregados para prevenir e evitar distúrbios na comunicação);
4. **Conhecimento acerca das superestruturas ou modelos textuais globais:** permite aos usuários reconhecer um texto como pertencente a determinado gênero ou tipo.

Assim, sob essa perspectiva pragmático-enunciativa, a língua não é mais vista como um espelho da realidade e/ou como um sistema de regras, tal como feito na maioria das teorias formais. Agora suas características definidoras passam a ser a “interatividades, (...) dialogicidade, (...) [sendo] sócio-historicamente constituída, [...] [tornando-se] uma forma de ação ou um conjunto de práticas sócio-interativas e cognitivas, sempre situadas” (MARCUSCHI, 2009b, p. 09)

Há uma ampliação dos objetos de pesquisas sobre o texto, não mais restritos à **coesão** (forma como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se interligam, se interconectam, por meio de recursos também linguísticos de modo a formar um ‘tecido’, uma unidade de nível superior à da frase) e à **coerência** (modo como os elementos subjacentes à superfície textual entram numa configuração veiculadora de sentido), mas também abarcando outros fatores tais como: **informatividade** (distribuição da informação no texto e graus de previsibilidade/redundância com que a informação nele contida é veiculada), **situacionalidade** (possui duas direções: da situação para o texto (influência da situação comunicativa na produção/recepção do texto) e do texto para a situação (reflexos sobre o mundo presentes no texto)), **intertextualidade** (compreende as diversas maneiras pelas quais a produção/recepção de um dado texto depende do conhecimento de outros por parte dos interlocutores), **intencionalidade** (diversos modos como os sujeitos usam textos para perseguir e realizar suas intenções comunicativas, mobilizando, para tanto, os recursos adequados à concretização dos objetivos visados), **aceitabilidade** (refere-se à concordância do parceiro em entrar num jogo de atuação comunicativa e agir de acordo com suas regras^{xii}) (BEAUGRANDE & DRESSLER, *apud* KOCH, 2006, p. 39-43), **contextualização** (elementos responsáveis pela ancoragem do texto numa dada situação comunicativa), **focalização** (concentração dos usuários, no momento da interação, em apenas uma parte de seu conhecimento), **consistência** (todos os enunciados serem verdadeiros), **relevância** (enunciados relevantes para um mesmo tópico discursivo), **conhecimento partilhado** (responsáveis pelo balanceamento entre o que precisa ser explicitado ou não) (KOCH, 2006, p. 44-45), além da relação **oralidade/escrita**, bem como os **gêneros textuais** sob perspectiva bakhtiniana^{xiii}.

Nessa nova visão, cabe à Linguística Textual explicar as motivações e estratégias da produção e compreensão textual, desenvolvendo, para tal, “modelos procedurais de descrição textual capazes de dar conta dos processos cognitivos que permitem a integração de diversos sistemas de conhecimento dos parceiros da comunicação” (KOCH, 2006, p. 22).

4 CONTEXTO, TEXTO E HIPERTEXTO

Ao observarmos as características de cada fase da Linguística Textual é possível constatar não só uma diferença no conceito de língua e texto, como também no conceito de contexto. Assim, na análise transfrástica, observou-se que o contexto era visto como o co-texto (segmentos textuais precedente e subsequentes a um dado enunciado), passando a representar, na Gramática de Texto, a situação de enunciação, posteriormente ampliada, na perspectiva sociointeracional defendida pela Teoria do Texto, para “a situação de interação imediata, a situação mediata (entorno sócio-político-cultural) e também o contexto sociocognitivo dos interlocutores” (KOCH, 2009, p. 04).

Para Lévy (1993), o contexto é o grande responsável por auxiliar o leitor na atualização do texto, servindo para determinar o sentido de uma palavra e cada palavra para produzir o sentido do contexto, ou seja, uma configuração semântica reticular que, quando nos concentramos nela, se mostra composta de imagens, modelos, lembranças, sensações, conceitos, etc. Dessa forma, quando lemos ou ouvimos um texto, hierarquizamos e selecionamos áreas de sentido, tecendo ligações entre essas áreas; conectando esse texto a outros textos, ativando, então, toda uma memória, que funciona como pano de fundo sobre o qual esse texto se salienta e ao qual remete.

Nessa perspectiva, Bezerra (*apud* Cavalcante, 2005, p. 165) comenta que o texto pode ser definido linguisticamente tendo em vista dois grandes blocos: um de cunho estritamente linguístico, segundo o qual o texto é um conjunto de unidades linguísticas que encerram um sentido; e outro de cunho sócio-pragmático, no qual o texto é uma unidade de sentido estabelecido entre leitor/autor, na modalidade escrita da língua, e entre locutor/interlocutor, na modalidade oral, envolvendo conhecimentos partilhados, situação, contexto, propósito, intenções, etc.

É sob a segunda definição que os textos virtuais (ou digitais) se manifestam e, além disso, são os atores da comunicação ou os elementos de uma mensagem que constroem e remodelam os universos de sentido desses textos. Um mundo de significações chamado hipertextos^{xiv}. Segundo Lévy (1993), o hipertexto^{xv} é, talvez, uma metáfora válida para todas as esferas da realidade em que significações estejam em jogo e caracteriza-se através de seis princípios abstratos:

1. **Princípio de metamorfose:** a rede hipertextual está em constante construção e renegociação.
2. **Princípio de heterogeneidade:** os nós e as conexões de uma rede hipertextual são heterogêneos. O processo sociotécnico colocará em jogo pessoas, grupos, artefatos, forças naturais de todos os tamanhos, com todos os tipos de associações que pudermos imaginar entre esses elementos.
3. **Princípio de multiplicidade e de encaixe das escalas:** o hipertexto se organiza em um mundo “fractal”, ou seja, qualquer nó ou conexão, quando analisado, pode revelar-se como sendo composto por toda uma rede, e assim por diante, indefinidamente, ao longo das escala dos grupos de precisão.
4. **Princípio de exterioridade:** a rede não possui unidade orgânica, nem motor interno. Seu crescimento e sua diminuição, sua composição e sua recomposição permanente dependem de um exterior indeterminado. Por exemplo: para a rede semântica de uma pessoa escutando um discurso, a dinâmica dos estados de ativação resulta de uma fonte externa de palavras e imagens.

5. **Princípio de topologia:** nos hipertextos, tudo funciona por proximidade, por vizinhança. Neles, o curso dos acontecimentos é uma questão de topologia, de caminhos. A rede não está no espaço, ela é o espaço.
6. **Princípio de mobilidade dos centros:** a rede não tem centro, ou melhor, possui permanentemente diversos centros que são como pontas luminosas perpetuamente móveis, saltando de um nó a outro, trazendo ao redor de si uma ramificação infinita de pequenas raízes, de rizomas, finas linhas brancas esboçando por um instante um mapa qualquer com detalhes delicados, e depois correndo para desenhar mais à frente paisagens do sentido.

Para Xavier (2005, p. 171), o hipertexto se caracteriza como uma forma híbrida, dinâmica e flexível de linguagem que dialoga com outras interfaces^{xvi} semióticas, adicionando e acondicionando à sua superfície outras formas de textualidade. Sua natureza, de acordo com Marcuschi (2009a, p.02), pode ser descrita tendo como base as seguintes características:

a) É um texto não- linear: apresenta uma flexibilidade desenvolvida na forma de ligações permitidas/sugeridas entre nós que constituem redes que permitem a elaboração de vias navegáveis; a não-linearidade é tida como a característica centro do hipertexto;

b) É um texto volátil: não tem a mesma estabilidade dos textos de livros, por exemplo, e todas as escolhas são tão passageiras quanto as conexões estabelecidas por seus leitores, sendo um fenômeno essencialmente virtual;

c) É um texto topográfico: não é hierárquico nem tópico, por isso ele é topográfico; um espaço de escritura e leitura que não tem limites definidos para se desenvolver; essa é uma característica inovadora já que desestabiliza os frames ou “enquadres” de que dispomos para identificar limites textuais;

d) É um texto fragmentário: consiste na constante ligação de porções, em geral breves, com possíveis retornos ou fugas; carece de um centro regulador imanente, já que o autor não tem mais controle do tópico e do leitor;

e) É um texto de acessibilidade ilimitada: acessa todo tipo de fonte, sejam elas dicionários, enciclopédias, museus, obras científicas, literárias, arquitetônicas, etc. e, em princípio, não experimenta limites quanto às ligações que permite estabelecer;

f) É um texto multissemiótico: caracteriza-se pela possibilidade de interconectar simultaneamente a linguagem verbal com a não-verbal (musical, cinematográfica, visual e gestual) de forma integrativa, impossível no caso do livro impresso;

g) É um texto interativo: procede pela interconexão interativa que, por um lado, é propiciada pela multissemiose e pela acessibilidade ilimitada e, por outro lado, pela contínua relação de um leitor-navegador com múltiplos autores em quase sobreposição em tempo real, chegando a simular uma interação verbal face a face.

Observa-se, assim, que o hipertexto difere em muitos aspectos do texto impresso. Além da constatação óbvia que ambos são textos e que um ocorre virtualmente e o outro não, há outras diferenças que merecem ser destacadas^{xvii}:

Quanto à	Texto Impresso	Hipertexto
Organização	Possui uma organização hierárquica e linear. Um centro organizador. É uma unidade com contornos nítidos.	Não tem um centro, um vetor que o determine. É um feixe de possibilidades, uma espécie de leque de ligações possíveis. – Metáfora da Estrela (não há um centro, mas sim vários vértices que se ligam a outros). Sua maneira de organizar a informação é a <i>justaposição</i> numa perspectiva flexível. Em consequência, pode-se esperar, também, uma fragmentação de conteúdo.
Autoria ^{xviii}	Tem um autor determinado e distinto do leitor quanto à produção física do texto. De uma certa forma (já que há os índices, notas de rodapé, etc.), o autor controla o fluxo da informação no texto.	Há uma autoria coletiva, uma espécie de coautoria. A leitura se torna simultaneamente uma escritura, já que o leitor determina não só a ordem da leitura, mas o conteúdo a ser lido. Embora não escreva o texto no sentido tradicional do termo, ele determina o formato da versão final de seu texto, que pode ser muito diverso daquele proposto pelo autor.
Leitura	A página impressa é altamente seletiva (já vem pré-determinada) na forma de leitura de notas, consulta a outros livros remetidos pela página, a indicação de fontes e assim por diante (o que muitas vezes só pode ser feito saindo-se do livro). Possui um sistema de leitura ‘este ou este ou este’, não permitindo a soma dos textos.	O hipertexto permite o acesso a um número ilimitado de páginas, na própria Web; em uma configuração “somatória” (sistema ‘e...e...e...’).

Adaptado de Marcuschi (2009b).

A conectividade torna-se o princípio estruturante do hipertexto. Seus *links* interconectam blocos informacionais (conhecidos como *nós*), ligando um texto a outro, amarrando as informações, “soldando” peças esparsas de maneira coerente” (KOCH, 2007, p. 26-27), funcionando como uma representação das redes de sentido que estabelecemos na leitura de um texto qualquer. Dessa forma, os *links* “seriam as representações das redes que o autor propositalmente apresenta ao leitor, como estratégia, delineando que caminhos o leitor pode perseguir nesta sua leitura”. (CAVALCANTE, 2005, p. 167). O leitor tem, então, liberdade^{xix} de escolher qual “caminho” quer percorrer, não sendo imposto, pois, uma ordem hierárquica de partes e seções a serem seguidas. Porém, a este leitor é exigido uma bagagem intelectual maior e, também, uma maior consciência quanto ao buscado, uma vez que o uso inadequado dos *links* - “por quebrar as isotopias que garantiriam a continuidade do fluxo semântico responsável pela coerência do texto” (XAVIER, 2005, p. 173) -, podem gerar problemas de compreensão global do texto, bem como de desorientação, dispersão e abandono da leitura: o chamado *stress cognitivo* (MARCUSCHI, 2001).

Observa-se, assim, que as propriedades do hipertexto tornam-no um feito essencialmente virtual e descentrado, que não se determina pelo desmembramento de um tópico, mas sim, pelo deslocamento indefinido por tópicos. Contudo, mesmo passando para o leitor o controle cognitivo e informacional do hipertexto, ele não se constitui como um agregado aleatório de enunciados ou fragmentos textuais. Como veremos, o fato de os caminhos de recepção não poderem ser previstos ou planejados pelo autor tem consequências decisivas para a produção do

texto e, em especial, para o planejamento da coerência. (KOCH, 2007, p. 27).

5 A LINGUÍSTICA TEXTUAL E A ANÁLISE DA COERÊNCIA NO HIPERTEXTO

Tal qual observado nos conceitos de texto e contexto, o conceito de coerência também difere de uma fase da Linguística Textual para outra. Como verificamos, nas duas primeiras fases da Linguística Textual, a coerência era vista como uma propriedade textual que se “dava numa particular forma de sequenciar os componentes, organizar a informação e propiciar o acesso ao sentido imanentemente sugerido. Buscava-se o máximo de explicitude investindo extensivamente em padrões tanto gramaticais como estilísticos” (MARCUSCHI, 2009b, p. 05). Nessa perspectiva, “a língua era um instrumento de condução de ideias e o texto um receptáculo de informações objetivamente sedimentadas e passíveis de serem capturadas com precisão” (idem).

Com a adoção de uma perspectiva pragmático-enunciativa, o conceito de coerência se modifica. Nessa nova abordagem, a coerência se torna um fenômeno muito mais amplo, que resulta não só dos significados que a rede de conceitos e relações do texto põem em jogo, como também do compartilhar de conhecimentos entre os interagentes. Para essa nova fase, o texto se torna “um evento comunicativo no qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais” (BEAUGRANDE, *apud* MARCUSCHI, 2009b, p. 11) sendo, ainda, “multinível, multilinear, não contendo toda proposta de sentido por insuficiência de explicitude” (MARCUSCHI, 2009b, p. 05). Nesse sentido, os princípios de textualização deixam de ser vistos como critérios ou padrões que um texto deve satisfazer e tornam-se “um conjunto de condições que conduz cognitivamente à produção de um evento interacionalmente comunicativo” (KOCH, 2001, p. 16), o que condiciona a construção da coerência à “situação de interação, entre o texto e seus usuários, [...] [à] atuação de uma complexa rede de fatores, de ordem linguística, sociocognitiva e interacional” (idem, p. 13). Essa nova abordagem teórica sobre a língua, o texto e sua coerência, tem levado muitos estudos (KOCH 2001, 2007); MARCUSCHI (2009a, 2009b) a questionarem se as teorias do texto, tal como as conhecemos atualmente, auxiliam na compreensão do funcionamento do hipertexto, mais especificamente na compreensão de sua coerência, em meio à não-linearização que o caracteriza.

A esse respeito, Marcuschi (2009b), um dos grandes pesquisadores brasileiros nessa área, ressalta que a questão da não-linearização do hipertexto não é um dos maiores “problemas” apresentados. Para ele, na atual fase dos estudos sobre a coerência, na qual “surgem reflexões sobre a multilinearidade, o aspecto cognitivo, [...] [admitindo-se] na construção do texto, um processo de multissemiose” (MARCUSCHI, *idem*, p. 13), a relevância perde seu imediatismo e torna-se algo construído por múltiplas relações. Isso faz com que a coerência não implique mais, necessariamente, uma linearidade, já que o texto passa a ser visto como obedecendo a uma construção multilinear. Além disso, o autor lembra que “a deslinearização é um processo de construção de sentido (e até de textos) muito antigo e normal, não constituindo novidade. A novidade é sua transformação em princípio de construção textual” (idem, p. 05) e, ainda, na capacidade que muitos usuários possuem em produzir sentido e coerência neste labirinto textual. Para o autor, assim, “o problema maior [do hipertexto] está na não-continuidade, não-centralidade e, de modo especial, na possibilidade de interferência do leitor-navegador” (MARCUSCHI, 2009b, p. 05).

A mencionada ameaça oferecida pelo hipertexto, [de acordo com Johnson-Eilola

(1994)], se daria em vários graus. Por exemplo, no caso dos hipertextos ‘exploratórios’, o leitor preservaria o conteúdo proposto pelo autor e apenas estaria selecionando trilhas, roteiros ou opções de leitura previstas imanentemente pelo próprio autor do hipertexto. Já no caso de hipertextos ‘construtivos’ a ameaça seria muito maior e a noção de autoria começaria a evaporar-se. Não só haveria escolhas de caminho pelos leitores-navegadores, mas também complementações e adendos de novos conteúdos (idem, p. 05).

Não possuindo, então, um centro controlador, os hipertextos “põem certo ‘pavor’ na questão da continuidade tópica, na centração temática, e na própria noção de unidade e coerência” (MARCUSCHI, 2009b, p. 01). Porém, mesmo perturbando nossa noção linear de texto, uma vez que rompe a estrutura convencional e as expectativas a ela associadas, não podemos dizer que o hipertexto é um texto deslinearizado^{xx}. A respeito disso, Xavier (2005) defende que

afirmar que o hipertexto é deslinearizado não equivale a dizer que ele seja um conjunto de enunciados justapostos aleatoriamente, um mosaico de frases randômicas. O hipertexto apresenta um maior distanciamento das formas tradicionais de hierarquizações por ser mais flexível na sua formatação visual, estocagem do material discursivo e, sobretudo, por colocar nas mãos do usuário um maior controle sobre a seleção das unidades de informação. Todavia, para ser inteligível, o hipertexto – como qualquer outro – precisa apresentar alguma linearidade, pois não pode subverter os níveis de organização das línguas naturais (sintaxe, semântica, pragmática) utilizada por uma dada sociedade (idem, p. 175).

Por isso, como lembra Marcuschi (2009a, p. 05), a construção do hipertexto deve obedecer algumas normas e princípios de ordem semântica, cognitiva, cultural, social, histórica, pragmática e científica; que evidenciarão uma *relevância mostrada*^{xxi} que, por sua vez, será responsável por estabelecer um diálogo entre o usuário e o sistema hipertextual estruturado pelo produtor do texto. Assim, o hipertexto deve ser pensado e formulado

de tal forma que os usuários possam reconhecer a conexão entre os seus constituintes e construir um modelo mental coerente do texto em questão. [...] [Assim], em termos de sua função cognitiva, é importante que as palavras ‘linkadas’ pelo produtor do texto constituam realmente palavras-chave, cuidadosamente selecionadas no seu léxico mental e relacionadas de forma a permitir ao leitor estabelecer, ao navegar pelo hipertexto, encadeamentos com informações topicamente relevantes, para que seja capaz de construir uma progressão textual dotada de sentido. Em outras palavras, ao hiperleitor caberá, ao passar, por intermédio de tais *links*, de um texto ao outro, detectar, por meio da teia formada de palavras-chave, quais as informações topicamente relevantes para manter a continuidade temática e, portanto, uma progressão textual coerente (KOCH, 2007, p. 29).

É neste sentido que Lé (2009, p. 08) defende ser a rede hipertextual dos gêneros digitais um ambiente revelador de poderosas estratégias de mapeamento de sentidos das quais os falantes lançam mão no ato comunicativo. Para a autora, os leitores, ao entrarem em contato com o hipertexto, utilizam-se de certas habilidades e/ou conhecimentos, ativando processos inferenciais

(não só por meio dos elementos cotextuais e situacionais, como também, por meio dos conhecimentos de mundo compartilhados entre os interlocutores) que auxiliarão na apreensão de um referente, contribuindo, então para o estabelecimento da coerência.

Observa-se, assim, que a discussão sobre a natureza do hipertexto permite pensar o próprio texto em sua materialidade, bem como as estratégias de seu processamento ou do simulacro dele. Pois, o que os *links* evidenciam são as opções associativas que, na leitura de um texto qualquer, o leitor articula a partir de seus conhecimentos prévios, sua ideologia, etc. O hipertexto seria, então, uma espécie de simulação do que acontece na relação do leitor com o texto, na produção de sentido deste; sendo que no hipertexto o autor destaca os pontos de referência (*links*) que considera serem relevantes ao seu leitor. Há, assim, um limite sobre o que é disponibilizado para leitura, mas não como se dará tal leitura. Diante disto, pode-se dizer que a coerência de um hipertexto estará condicionada, tal qual ocorre na leitura de um texto impresso, à capacidade do leitor em organizar cognitivamente as informações “(em meio às intrincadas teias que nele se tecem durante a progressão textual), estabelecendo mentalmente uma continuidade de sentidos” (KOCH, 2007, p. 30-31). Dessa forma, a coerência se torna um “processo de incorporação de aproposições ao texto base” (MARCUSCHI, 2009a, p. 10), que necessita de “algum tipo de integração conceitual e temática que não se dá como virtude imanente do texto, mas como proposta do leitor e como ponto de vista organizador” (idem, p. 10).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da exposição teórica, verificou-se que a Linguística Textual percorreu um longo caminho até incluir, realmente, em seu escopo teórico, o estudo do texto e dos aspectos cognitivos e pragmáticos que a ele se relacionam. Atualmente, com o advento de novas formas de representação do conhecimento, no caso, com os hipertextos, a Linguística Textual tem repensado alguns conceitos como relevância, linearização, topicidade, coerência; verificando a “necessidade de desenvolver uma nova perspectiva de tratamento destes problemas textuais a fim de identificar princípios gerais adequados a esta nova forma textual” (MARCUSCHI, 2009a, p. 07).

Em relação aos avanços conquistados até agora, verificou-se que, na atual fase dos estudos sobre a coerência, na qual “surgem reflexões sobre a multilinearidade, o aspecto cognitivo, [...] [admitindo-se] na construção do texto, um processo de multissemiose” (MARCUSCHI, 2009b, p. 13), a relevância perde seu imediatismo e torna-se algo construído por múltiplas relações. Isso faz com que a coerência não implique mais, necessariamente, uma linearidade, já que o texto passa a ser visto como obedecendo a uma construção multilinear. Essa nova concepção favorece, então, a compreensão da coerência no hipertexto que, tal qual ocorre no texto impresso, condiciona-se à capacidade do leitor em organizar cognitivamente as informações “(em meio às intrincadas teias que nele se tecem durante a progressão textual), estabelecendo mentalmente uma continuidade de sentidos” (KOCH, 2007, p. 30-31).

Nessa nova modalidade de escritura, modifica-se a forma de leitura, uma vez que agora o leitor tem como fio condutor seus interesses e objetivos de pesquisa, produzindo uma textualidade cuja coerência acaba sendo uma construção pessoal. Assim, a ele, ao mesmo tempo, que é concedida maior liberdade de navegação e de construção do “caminho” e do sentido da leitura, é exigida maior bagagem intelectual e consciência quanto ao buscado, visando evitar problemas de compreensão global do texto, bem como de desorientação, dispersão e abandono da leitura: o chamado *stress cognitivo* (MARCUSCHI, 2001). Por fim, é preciso ressaltar que os estudos

linguísticos voltados para a análise dos fenômenos virtuais/digitais ainda estão caminhando. Por isso, este artigo não teve a intenção de ser exaustivo no tratamento do tema, já que muito ainda há para ser estudado a respeito do assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M; VOLOCHINOV, V.N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 6ª edição. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 90 – 109; 110 – 127
- BAKHTIN, M. Os gêneros do Discurso. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. In: MUSSALIM, Fernanda; _____. *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 245-287.
- CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. Mapeamento e produção de sentido: os links no hipertexto. In: MARCUSCHI & XAVIER (Orgs). *Hipertextos e Gêneros Digitais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.163-169.
- COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de Linguística*. 1ª.ed., São Paulo: Contexto, 2009, p.113-126.
- GALEMBECK, Paulo de Tarso. A Linguística Textual e Seus mais recentes avanços. In: *Cadernos do IX Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. IX:05, p. 68-76 (UERJ-RJ). Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/index.htm>>; Acesso em: 16/01/2010.
- KARNOPP, Lodenir Becker. Linguística Textual. In: FLORES, Onici (Org.). *Teorias do Texto e do Discurso*. Canoas: Ed. ULBRA, 2006, p. 17-60.
- KENEDY, Eduardo. Gerativismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de Linguística*. 1ª.ed., São Paulo: Contexto, 2009, p.127-140.
- KOCH, Ingedore G.V. Linguística Textual: Quo Vadis?. In: *Revista Delta*, edição especial, 2001.
- _____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Introdução à Linguística Textual: Trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. Hipertexto e Construção do Sentido. In: *Revista Alfa*, n.51, 2007, p.22-38.
- _____. *Parâmetros Curriculares nacionais, Linguística Textual e Ensino de Línguas*. Disponível em: http://www.gelne.ufc.br/revista_ano4_no1_02.pdf. Acesso: 18/12/09
- LÉ, Jaqueline Barreto. Hipertexto e Fluxo Informacional: Considerações sobre o Dado e o Novo na Web. In: *Anais do III Encontro Nacional sobre Hipertexto*. Belo Horizonte: Minas Gerais, 2009. Disponível em: <<http://www.hipertexto2009.com.br/anais/g-l/hipertexto-e-fluxo-informacional.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2010.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- LIMA, Manoel Nilson de. *Linguística Textual e Seus Avanços*. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/16368/1/LINGUISTICA-TEXTUAL-E-SEUS-AVANCOS/pagina1.html>>. Acesso: 06/01/2010.
- MARCUSCHI, Luís Antônio. Aspectos linguísticos, sociais e cognitivos da produção de sentido. In: *Revista do Gelne*, ano 1, n. 1, 1999
- _____. *O hipertexto como novo espaço de escrita em sala de aula*. In: *Linguagem e Ensino*, vol. 4, nº 1, 2001, p. 79-111.
- _____. *Linearização, cognição e referência: o desafio do hipertexto*. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/~fontes/ln2sem2006/17Marcus.pdf>>. Acesso: 15/01/2009a
- _____. A coerência no Hipertexto. Disponível em:

<<http://bbs.metalink.com.br/~lcoscarelli/Marcuschicoerhtx.doc>>. Acesso: 18/01/2009b
MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). Introdução. In: _____.
Introdução à Linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2006, p. 15-20.
PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Elia. *As grandes teorias da Linguística: da gramática comparada à pragmática*. Tradução de M. R. Gregolin et. Al. São Paulo: Claraluz, 2006.
VAL, Maria da Graça Costa. *Redação e Textualidade*. 2ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
XAVIER, Antônio Carlos. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI & _____. (orgs).
Hipertextos e Gêneros Digitais. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.170-180.

- i É preciso ressaltar que não temos, de maneira alguma, a intenção de ser exaustivo no tratamento desta e das outras teorias/metodologias que influenciaram na constituição e consolidação da Linguística Textual. O propósito é fazer um breve retrospecto, visando lembrar as principais características de cada teoria, no intuito de compreender melhor a sua influência em cada fase da Linguística Textual.
- ii Saussure afirma que a língua é um sistema de signos. Para ele, o signo é arbitrário e é a unidade constituinte do sistema linguístico, sendo formado por duas partes absolutamente inseparáveis: *significante* (imagem acústica) e *significado* (conceito - representa o sentido que é atribuído ao significante).
- iii Saussure, frequentemente, utiliza a analogia do jogo de xadrez para elucidar sua teoria de que o funcionamento do sistema linguístico depende, exclusivamente, da compreensão sobre a função que cada unidade linguística (peças de xadrez) possui, de como elas se relacionam entre si e das regras que a governam (COSTA, 2006).
- iv De acordo com Costa (2006), Saussure propõe uma dicotomia em relação ao método de investigação a ser adotado pelo linguista em suas pesquisas: sincronia (descrição de um determinado estado da língua em um determinado momento no tempo) e diacronia (comparação entre dois momentos da evolução histórica de uma determinada língua). Dicotomia, esta, que não só aponta as diferenças entre essas duas formas de investigação, mas, sobretudo, registra a prioridade do estudo sincrônico sobre o diacrônico.
- v Para Saussure há dois tipos de relações possíveis: as sintagmáticas (decorrentes do caráter linear das unidades na estrutura sintática. Relacionam-se às diversas possibilidades de combinação no eixo sintagmático) e as paradigmáticas (associação mental que se dá entre a unidade linguística que ocupa uma determinada posição na frase e todas as outras unidades da mesma classe que poderiam substituí-la).
- vi Paveau;Sarfati (2006, p.168) lembram que para Chomsky há uma independência da gramática em relação ao sentido, daí a sua célebre frase: *As ideias verdes sem cor domem furiosamente*, perfeitamente gramatical, mas a-semântico.
- vii O modelo behaviorista foi dominante na linguística e nas ciências de uma maneira geral durante toda a primeira metade do século XX. Para os behavioristas, em especial Bloomfield, a linguagem humana era interpretada como um condicionamento social, uma resposta a partir da repetição constante e mecânica. Desta forma, a linguagem humana seria um fenômeno externo ao indivíduo, um sistema de hábitos gerado como respostas a estímulos e fixado na repetição. (KENEDY, 2009, p. 127-128)
- viii De acordo com Kenedy (2009,p. 135), a gramática universal (GU) é o dispositivo inato, presente em todos os seres humanos como herança biológica, que nos fornece um algoritmo, isto é, um sistema gerativo, um conjunto de procedimentos que nos torna aptos para desenvolver (ou adquirir) a gramática de uma língua.
- ix Essa macroestrutura profunda, para Koch (2006) seria “a estrutura subjacente abstrata ou ‘forma lógica’ do texto, que define a significação do texto como um todo. Já a microestrutura é a estrutura superficial do texto, constituída por um n-tuplo ordenado de frases subsequentes” (idem, p. 09).
- x Para Val (1998, p. 05), a textualidade é o conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto e não apenas uma sequência de frases. São sete os fatores de textualidade propostos por Beaugrande e Dressler: coerência, coesão, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade, intertextualidade.
- xi Para Bakhtin/Volochinov (1992, p. 113) o ser humano só se constrói como ator e agente de um dizer em face do outro. Desta forma, toda palavra comporta duas faces, “ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o *produto da interação do locutor e do ouvinte*” (idem), que se “unirão” por meio da enunciação. Será a palavra o instrumento de expressão de um em relação ao outro e será por meio dela que eles se definirão. Destaca-se, assim, a grande importância da linguagem e da interação social tanto para a formação do ser, como para sua expressão/dizer.
- xii A aceitabilidade baseia-se no princípio de cooperação de Grice (1975, *apud* KOCH, 2002), para quem os interlocutores, ao entrarem em contato com um texto, buscam, em princípio vê-lo como um todo coeso e coerente, que possua alguma relevância.
- xiii Para Bakhtin, “cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*” (2003, p. 262).
- xiv Os hipertextos não são aplicáveis somente ao ciberespaço. Na leitura clássica, por exemplo, nos textos impressos, o leitor se engaja em um processo também hipertextual, já que a leitura é feita por interconexões (à memória do leitor, às inferências do texto, etc.) que remetem o mesmo para fora de uma “linearidade” do texto e oferecem caminhos alternativos a serem trilhados.
- xv Lévy (1993) relata que Theodor Holm Nelson, em 1964, inventou o termo hipertexto para exprimir a ideia de escrita/leitura não linear em um sistema de informática. Seu programa *Xanadu*, enquanto horizonte ideal ou absoluto do hipertexto, seria uma espécie de materialização do diálogo incessante e múltiplo que a humanidade mantém consigo mesma e com seu passado. O objetivo de Nelson era criar uma imensa rede acessível em tempo real, contendo todos os tesouros literários e científicos do mundo; uma enorme biblioteca em que todos, utilizando essa rede, poderiam escrever; se interconectar; interagir; comentar os textos, filmes e gravações sonoras disponíveis nesse espaço; anotar os comentários, etc.
- xvi Por interface entende-se a superfície de acesso e troca de informação.
- xvii Como lembra Marcuschi (2009b), a confrontação entre texto impresso e hipertexto não deve ser colocada numa visão dicotômica, pois ambos são textos.
- xviii É preciso ressaltar, como adverte o próprio Bakhtin (1992, 2003), que todos os textos são polifônicos, uma vez que estão em constante diálogo com outros textos e outras vozes que o antecedem e o sucedem.
- xix Como lembra Xavier (2005), essa liberdade é possível, mas não é a ideal, uma vez que o produtor do texto

eletrônico é quem decide disponibilizar ou não os *links* com outros hipertextos afins.

xx Considerando que a linearidade sempre constituiu um princípio básico da teorização da língua, seja na ordem fonológica, sintagmática, oracional ou textual, não importando o sistema de representação da língua, o hipertexto não rompe esse padrão. Ele rompe a ordem de construção ao propiciar um conjunto de possibilidades de constituição textual plurilinearizada, condicionada por interesses e conhecimentos do leitor-co-produtor. (MARCUSCHI, 2009a, p. 05)

xxi Para Marcuschi (2009a, p. 05), essa ‘mostração’ é a alma da navegação hipertextual, uma vez que é ela quem conduz o leitor-navegador. Desta forma, a marcação de um item lexical como conector de fragmentos na base de relações associativas, deve ser pensado levando em consideração variações interculturais, pragmáticas, para, assim, não haver problemas de interpretação e indução a desvios.